

Jornalismo compassivo: aproximações preliminares a um conceito em construção

João Pedro Lamas¹
Reges Schwaab²

Resumo

Pretendemos explorar a construção da narrativa jornalística sob o conceito de comunicação cunhado pela Escola de Chicago com a intenção de justificar a importância de se dar atenção para um modelo diferente de contar histórias. A hipótese é a de que, em geral, ao invés de se focar em oferecer contexto adequado para as notícias, os meios jornalísticos se aprimoram em explorar gatilhos para capturar a atenção. Há uma abundância de matérias jornalísticas críticas de modo sensacionalista, e, em contraponto, uma escassez de abordagens construtivas, focadas em soluções e com entendimento amplo de questões sociais complexas. O presente trabalho é um recorte de pesquisa em andamento e que se propõe a discutir os contornos do que denominamos de jornalismo compassivo.

Palavras-chave: Jornalismo. Escola de Chicago. Jornalismo Compassivo.

Abstract

The article intends to explore the construction of the journalistic narrative under the concept of communication coined by the Chicago School with the intention of justifying the importance of paying attention to a different model of storytelling. The hypothesis is that, in general, instead of focusing on providing adequate context for news, journalists are better at exploring triggers to capture attention. There is an abundance of critical journalistic material in a sensationalist way, and, on the other hand, a shortage of constructive approaches, focused on solutions, and with broad understanding of complex social issues. The present work is an

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM. Possui especialização em Mídias Digitais (2015) e graduação em Jornalismo pelo Centro Universitário Franciscano - UNIFRA (2014). Pesquisador discente do Resto - Laboratório de Práticas Jornalísticas (CNPq/UFSM). Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Jornalismo, tendo atuado na Rádio Santamariense (2011-2013), Jornal a Razão (2013), Rádio Gaúcha-Zero Hora (2014-2016) e Diário de Santa Maria (2016-2017).

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Departamento de Ciências da Comunicação - Campus Frederico Westphalen - Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ongoing research clipping that aims to discuss the contours of what we call compassionate journalism.

Keywords: Journalism. Chicago School of Sociology. Compassivo Journalism.

Introdução

A hipótese explorada neste trabalho em vias de desenvolvimento é a de que hoje muito do que se produz jornalisticamente tem um viés negativo em excesso, além de forte carga imediatista e de uma busca por audiência fruto de modelos de negócio altamente dependentes da publicidade. Há uma abundância de matérias jornalísticas críticas de modo sensacionalista, e, em contraponto, uma escassez de abordagens construtivas, focadas em soluções e com entendimento amplo de questões sociais complexas, o que demanda repensar o modelo de narrativa.

Quando as notícias são narradas tendo um pano de fundo que aborda o problema como questão pública mais alargada, supõe-se que o impacto muda. Em geral, ao invés de se focar em oferecer contexto adequado para as notícias, os meios jornalísticos se aprimoram em explorar gatilhos para capturar a atenção. Ou seja, a dependência da publicidade e da audiência talvez seja um dos motivos que mantenha o modelo jornalístico priorizando “cliques” em detrimento de caminhos para solução de problemas.

Para discutir a questão, resgatamos autores que contribuem na fundação de entendimentos mais amplos de jornalismo, como a Escola de Chicago e seu conjunto teórico baseado nas premissas do interacionismo simbólico. Na reflexão proposta sobre o conceito, colocamos em diálogo pesquisadores como Park (1940), Fisher (1997; 2002), Traquina (2001; 2004), Rüdiger (2014), França e Simões (2014) e Pontes (2014).

Na reflexão proposta, recordamos exemplos de jornalistas que praticam um “jornalismo compassivo” (ARANA, 2015; BLANK-LIBRA, 2012), conforme entendimento que guia o presente texto: Eliane Brum (*El País*), João do Rio (entusiasta da “rua”), Marcelo Canellas (*Globo*) e Isabel Clemente (ex-*Época*). Mesmo que não se autodenominem como filiados a tal modelo, contribuem para desvendar academicamente o conceito em construção.

A Escola de Chicago e o jornalismo

O conjunto de premissas teóricas de estudo da sociedade como processo de comunicação, conforme a Escola de Chicago, vem sendo resgatado na

contemporaneidade em diferentes campos (FRANÇA e SIMÕES, 2014). Em essência, a escola pensava o estudo da sociedade associado aos processos de interação entre as pessoas – de que a sociedade é constituída simbolicamente pela comunicação. O significado das coisas deve ser visto, portanto, como um produto da interação social, mas, ao mesmo tempo, como uma condição de possibilidade da comunicação. Assim, o efeito das comunicações no desenvolvimento humano é, em parte, mediado pela facilitação dos contatos, mas de forma mais direta favorece a expansão da inteligência, o declínio das formas de organização mecânicas e arbitrárias e a ascensão de formas de sociedade mais humanas.

Para Rüdiger (2014), os homens não agem em função das coisas, mas do significado que as coisas tomam no processo de comunicação, pois a comunicação é o mecanismo de coordenação de interação social, aquilo que torna possível o consenso entre as pessoas. Sendo assim, a comunicação constitui um processo ou forma de interação que é social no sentido mais estreito do termo: ela é expressão, interpretação e recepção, como disse Robert Park (2009). Nesse sentido, o interacionismo simbólico baseia-se em três premissas: a primeira estabelece que os seres humanos criam símbolos que conferem significados ao seu mundo; que esses significados são provenientes da interação social que os seres humanos mantêm entre si; e que tais significados são manipulados por um processo interpretativo, capaz alterá-los eventualmente (RÜDIGER, 2014).

Estruturada por símbolos, ela é o manejo mais ou menos racional desses símbolos, que não pode ser reduzida à transmissão de mensagens, na medida em que os símbolos não têm uma função apenas designadora, fazendo parte de uma estrutura socialmente dada para as pessoas, que, de resto, tem função essencial na formação da própria pessoa, como observou Mead (2013).

A pessoa é a fase mais importante do desenvolvimento porque a sociedade só surge graças à possibilidade de internalização desta atitude social nas reações de toda a comunidade. A mudança que tem lugar devido a esta internalização da conversação na conduta do indivíduo é uma mudança que ocorre na experiência de todos os indivíduos componentes da sociedade (RÜDIGER, 2014, p. 167-168). Logo, o viés proposto por essa Escola para análise de fenômenos sociais traz contribuições pertinentes às atuais pesquisas acerca dos processos comunicativos, de acordo com França e Simões (2014). O foco da instituição que abrigou a Escola de Chicago, tendo recebido investimento

privado, era investigações empíricas e a utilização predominante de métodos qualitativos na compreensão da vida social. Assim, o alicerce teórico que sustenta as reflexões da escola é o pragmatismo. Desenvolvido inicialmente na filosofia, enfatiza a ação como fundadora do pensamento, ou seja, este não se desenvolve descolado dos sentidos que revestem as ações humanas. Essa filosofia da ação se volta para o terreno da experiência como modo de apreender a constituição do pensamento.

Em *As notícias como forma de conhecimento*, Park (2009, p. 1) afirma que “a função da notícia é orientar o homem e a sociedade no mundo real”. O pesquisador acreditava que uma das atividades mais dinâmicas e complexas da comunicação é o jornalismo, tendo estudado o modo com que os jornais interferem na constituição da mobilidade no interior dos grupos sociais, atuando tanto no nível cultural e social quanto no biológico. Apresenta, portanto, o papel das notícias nas ações dos homens em seu cotidiano social mais instintivo e competitivo, e, ao mesmo tempo, nos debates mais elaborados dos campos político e cultural.

Segundo Park, a notícia chega em forma de pequenas comunicações independentes que podem ser compreendidas facilmente e rapidamente. De fato, a notícia desempenha as mesmas funções para o público que a percepção desempenha para o indivíduo: isto é, não apenas informa, mas orienta o público, dando a todos a notícia do que está acontecendo. “Ela faz isso sem qualquer esforço do repórter para interpretar os eventos que relata, excedo à medida que os torna compreensíveis e interessantes” (PARK, 2009, p. 60).

A notícia, portanto, ao menos no sentido estrito da palavra, não é uma história ou uma frivolidade. É algo que possui um interesse pragmático mais que apreciativo para aquele ouve ou lê. No entendimento dele, “parece que a era é a era da notícia, e um dos mais importantes eventos na civilização americana é o surgimento do repórter” (PARK, 2009, p. 70).

A teoria dentro das redações

A teoria construcionista, que entende a notícia como uma construção social da realidade, como narrativas marcadas pela cultura dos membros da tribo jornalística e pela cultura da sociedade onde essa tribo está localizada (TRAQUINA, 2001), ajuda a trazer o que foi explorado enquanto ensinamentos da Escola de Chicago para a atualidade.

De acordo com Traquina (2001), responsável por organizar as teorias que serão aqui exploradas (organizacional, da ação política e construcionista), o avanço do estudo do jornalismo na década de 70 está relacionado diretamente com as inovações metodológicas que contribuíram para a investigação. Ele relata que os pesquisadores, seguindo o exemplo de antropólogos, foram aos locais de produção, as redações, permaneceram o tempo necessário, observaram os membros da comunidade jornalística “com o intuito de “entrar na pele das pessoas observadas e compreender a atitude do ‘nativo’” (TRAQUINA, 2001, p. 172).

Com esse entendimento sobre as notícias, a teoria construcionista reconhece o processo complexo da produção jornalística e prevê a relação entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; e os membros da comunidade profissional dentro e fora da organização. Essa corrente teórica rechaça, então, a visão instrumentalista da notícia e reconhece a centralidade do jornalista com seus valores incidindo na produção das realidades sociais justamente pela compreensão das complexas relações que tem com a sociedade.

É dentro dessa compreensão que surge a necessidade de relembrar o trabalho de recuperação de Traquina (2005) de duas teorias que nos ajudam a compreender o que o jornalista profissional enfrenta dentro de uma redação e nos ajuda a fazer conjecturas sobre as razões de as notícias, hoje, serem do jeito que são.

Resgatando o trabalho de Breed entre os anos 1950 e 1960, Traquina (2004) fala sobre o jornalista dentro da organização para a qual trabalha, que ele cataloga como teoria organizacional. O primeiro ponto levantado é sobre o conformismo do profissional com a política editorial da organização. Entre os motivos, fala sobre a autoridade institucional e as sanções; o sentimento de obrigação e de estima para com os superiores; as aspirações de mobilidade; a ausência de grupos de lealdade em conflito; o prazer da atividade; e as notícias como valor. Todos esses pontos permanecem atuais, principalmente quando descreve que chega um momento em que o jornalista praticamente absorve o modo de fazer jornalístico da empresa “por osmose”, tendo ideia, praticamente imediata, como se esse conhecimento fizesse parte de seu sistema operacional, do que é e do que não é notícia, do que precisa fazer para a apuração se torne um texto jornalístico passível de ser publicado.

A partir da década de 1970, há o início de uma nova fase de investigação, de acordo com Traquina (2004), que alargou o âmbito das suas preocupações do nível do

indivíduo, ao nível da organização e ao nível da comunidade profissional. Na nova fase de investigação, diz Traquina, a relação entre o jornalismo e a sociedade conquista uma dimensão central: o estudo do jornalismo debruça-se sobre as implicações políticas e sociais da atividade jornalística, o papel das notícias, “e a capacidade do Quarto Poder em corresponder às enormes expectativas em si depositadas pela própria teoria democrática” (TRAQUINA, 2004, p. 161). E é aí que surge o que chama de Teoria da Ação Política. Nela, os meios de comunicação são vistos de forma instrumentalista, ou seja, servem objetivamente certos interesses políticos.

Na versão da esquerda, os media noticiosos são vistos como instrumentos que ajudam a manter o sistema capitalista; na versão de direita, servem como instrumentos que põem em causa o capitalismo. Seja de esquerda ou de direita, estas teorias defendem a posição de que as notícias são distorções sistemáticas que servem aos interesses políticos de certos agentes sociais bem específicos que utilizam as notícias na projeção da sua visão do mundo, da sociedade, etc. (TRAQUINA, 2004, p. 163).

26

Conforme Fisher (2002), no plano simbólico, se pode perceber o impacto dos meios de comunicação na cultura, na formação de sujeitos e na manutenção das relações de poder. Como exemplo, basta lembrar daqueles que dependem da geração de significados para se legitimarem socialmente, como a economia, a ideologia e o poder. No entendimento do autor, no complexo fenômeno de interação entre os valores sociais e culturais, as instâncias de poder e a sociedade em geral, a mídia está no centro, participando daquilo que é produzido e produzindo uma instância de poder.

Um lugar extremamente poderoso no que tange à produção e à circulação de uma série de valores, concepções, representações – relacionadas a um aprendizado cotidiano sobre quem nós somos, o que devemos fazer com o nosso corpo, como devemos educar nossos filhos, de que modo deve ser feita nossa alimentação diária, como devem ser vistos por nós, os negros, as mulheres, pessoas das camadas populares, portadores de deficiência, grupos religiosos, partidos políticos e assim por diante. Em suma: torna-se impossível fechar os olhos e negar-se a ver que os espaços da mídia constituem-se também como lugares de informação – ao lado da escola, da família, das instituições religiosas (FISHER, 2002, p. 153)

A partir dessa elaboração, torne-se difícil não considerar que a comunicação, e o jornalismo em particular, não tenha peso na produção de sentidos, na formação de

valores e nas relações de poder que, em última instância, se interseccionam com as formas como são produzidas as diferenças e desigualdades. A mídia destaca-se por seu alcance e características de produção, circulação e transmissão de saberes e modos diversos de conhecimento. O que não está na mídia “cada vez mais vais e tornando estranho aos modos de conhecer, aprender e sentir do homem contemporâneo” (FISHER, 1997, p. 62). Os discursos midiáticos estão engendrados nas formas como as normas e valores de nossa cultura são significados e compreendidos pelos sujeitos e grupos sociais. Envolvem diretamente os conhecimentos de quem produz, assim como se apoiam nos saberes de outros campos socialmente legitimados, funcionando como “um lugar privilegiado de suposições de ‘verdades’, um lugar por excelência de produção, circulação e veiculação de enunciados de múltiplas fontes, sejam eles criados a partir de outras formações, sejam eles gerados nos próprios meios” (FISHER, 1997, p.65).

Os conhecimentos são oferecidos por meios diversos, que podem ser lúdicos ou de apelo emocional, de forma didática – através de dramatizações, infográficos ou animações – e sempre em uma articulação que leva em conta modos eficazes para a geração de sentidos para um grupo grande de pessoas. Didaticamente fornecido pela mídia, o acervo social do conhecimento “fornece esquemas tipificadores para as principais rotinas da vida cotidiana, não só sobre as relações com os outros, mas também tipificações de todo o tipo de conhecimentos e experiência tanto sociais quanto naturais” (PONTE, 2005, p. 99).

São produções simbólicas complexas que, histórica e culturalmente, vão se constituindo e permeando os modos de vida, as normas sociais, e que, através da mídia, cada vez mais são produzidas de forma lúdica, atrativa, consumível, veloz, inteligível e, sobretudo, como parâmetro na realidade.

O contexto para um novo tipo de narrativa jornalística

A busca de tecnologias para superar as limitações espaço-temporais tem sido uma constante ao longo da história, com marcos como a invenção do telégrafo no Século 19, e a extensão do rádio e da televisão no Século 20. Essas mutações facilitaram as atividades noticiosas de minuto a minuto, mas o jornalismo foi assimilando cada vez mais o valor-notícia do imediatismo e da narração descontextualizado do presente mais próximo.

Essa tendência alcançou seu zênite com a televisão na década de 50, quando os meios de comunicação passaram a construir programações noticiosas de 24 horas nos

sete dias da semana (CUSHION e LEWIS, 2010). Já os novos suportes digitais, a partir dos anos 2000, reforçaram ainda mais a possibilidade de trabalhar as notícias de forma instantânea, e hoje há agendas noticiosas pautadas, por exemplo, por redes sociais, que se caracterizam por um fluxo informativo imparável, veloz e de pequeno formato (REVERS, 2014).

Estamos em uma época de abundância informativa onde a “economia da atenção” está marcando as estratégias empresariais de muitos meios, que por sua vez buscam um “equilíbrio eficaz entre a produção informativa e a absorção das audiências (DÍAZ-NOSTY, 2013, p. 137). Conforme Morin (2011, p. 141), “a obsessão pela rapidez não parece deixar espaço para a dúvida, a reflexão ou para a análise contextualizada”.

Preocupados com a situação, dois pesquisadores espanhóis propuseram o chamado “periodismo lento”, ou “slow journalism”.³ Rosique-Cedillo e Barranquero-Carretero (2015) definem esse tipo de jornalismo como aquele que emerge como reação à tendência dominante do imediatismo e à premissa que convida a repensar os tempos necessários para produzir uma informação de qualidade, criativa e rigorosa. Concluem que no futuro é possível que haja três formatos predominantes. Um deles com formato pequeno, barato e fácil de produzir, com máximo apoio das tecnologias de informação que estão por vir. O outro, com uma notícia baseada no registro imediato com atualização constante. Por fim, um jornalismo especializado, baseado em textos extensos e com alto investimento estético.

Os autores mencionam que esse tipo de jornalismo é mais custoso que o primeiro, mas sua oferta segmentada contribuiria para a fidelização das audiências. Além disso, preveem que ele continuaria a captar a atenção de comunidades específicas de leitores ávidos por produtos atrativos, de qualidade e apegados a suas reclamações, interesses e demandas. Citando Díaz-Nosty (2013, p. 460), o jornalismo hoje está sujeito ao alerta permanente, à observação em tempo real, mas também às diferenças de velocidade de consumo, à adequação à oferta crescente à atenção das audiências.

No entanto, a necessidade de tempo para que o trabalho jornalístico seja desempenhado a contento se mostra clara em uma guia para coberturas jornalísticas elaborado pelo Dart Center em 2003. Repórteres, editores, fotojornalistas e demais colaboradores acabam se envolvendo nas coberturas de diversas tragédias durante as

³ “Jornalismo lento”, em tradução literal para o português.

suas vidas. Abordam guerras, ataques terroristas, quedas de aviões, desastres naturais, incêndios e assassinatos. Todos têm vítimas, todos afetam suas comunidades e todos criam memórias que lhes acompanharão por muito tempo.

Sendo assim, o guia elenca três áreas que considera importantes para a cobertura eficiente de qualquer grande tragédia: as vítimas, a comunidade e o jornalista. A partir daí, traz cinco pontos a serem considerados pelo jornalista no momento de entrevistas vítimas; outros cinco para escrever sobre elas; mais cinco para a cobertura de eventos trágicos na própria comunidade; sobre como cuidar de si mesmo; questões que devem ser consideradas por fotojornalistas; e por gestores de redações.

Avalia-se que cada uma dessas questões traz um universo de variáveis que precisam ser consideradas pelos jornalistas para que eles possam desenvolver seu trabalho de forma construtiva, que proponha soluções e seja compassiva, afinal, como próprio guia traz, o trabalho jornalístico repercute, e essas reações são reflexo do processo de construção da notícia: da apuração até o momento em que esse material levantado ganha as páginas de um jornal, espaço em um portal de notícias, a tela da televisão e as ondas de rádio.

29

Perceba que a sua cobertura de um evento traumático terá um impacto nos seus leitores, espectadores e ouvintes. Lembre-se de que o tom da sua cobertura pode refletir o tom com o qual a sua comunidade vai reagir. (DART CENTER, 2003, p. 6, tradução nossa)⁴

O caminho para um jornalismo compassivo

Um estudo de psicólogas estadunidenses Tiegreen e Newman (2008) comparou o modo como notícias da editoria de polícia eram relatadas pela mídia e seus efeitos nos leitores ao longo do tempo. Ele serve para exemplificar os possíveis benefícios de um maior número de abordagens.

De acordo com as pesquisadoras, notícias narradas de modo tradicional e episódico, com foco na pessoa que cometeu o crime, ou no crime em si, favorecem interpretar a situação como culpa exclusiva do criminoso. Além disso, menos informações

⁴ Understand that your coverage of a traumatic event will have an impact on your readership, viewers or listeners. Remember that the tone of your coverage may reflect the tone of the community's reaction to it.

sobre o fato são retidas na memória, há um maior sentimento de pessimismo, uma vontade maior de punição para o indivíduo e um desejo menor de apoiar medidas de transformação social. Já quando as notícias são narradas tendo um pano de fundo que aborda o problema como uma questão pública mais ampla, o impacto muda. Os leitores tendem a interpretar que a culpa maior é da estrutura social, há maior retenção de fatos sobre a história, o sentimento de pessimismo é reduzido e há vontade maior de apoiar medidas de transformação social.

Múltiplas pesquisas confirmam que emoções que nos excitam mais – raiva, nojo, medo da perda, admiração, alegria – são os gatilhos mais potentes para fazer um conteúdo viralizar (SHAER, 2014). Ao invés de focar em oferecer contexto adequado para as notícias, veículos de imprensa se aprimoram em explorar gatilhos emocionais para capturar nossa atenção. Não à toa, o *BuzzFeed* treina seus funcionários explicando que a "Rede Mundial do Tédio" comanda a web (PERETTI, 2010) e que o trabalho dele passa por entreter pessoas autocentradas e ansiosas que não sabem o que fazer pra passar o tempo.

Sem um jornalismo capaz de nos ajudar a lidar com as complexidades do mundo, é possível ficarmos cada vez mais perdidos e manifestar nosso desgosto de formas ruins, seja escolhendo políticos donos de discursos inflamados e simplistas, que não sabem como lidar com problemas complexos, seja tomando as ruas para fazer justiça com as próprias mãos e nos levando de volta à barbárie.

Segundo outras pesquisas (NEWMAN, SMITH e DREVO, 2015), e também reportagens (ARANA, 2015), um em cada oito jornalistas lida com estresse extremo ou Transtorno de Estresse Pós-Traumático ligado à sua carreira – dados para os Estados Unidos e Europa. Mais de 80% vão enfrentar transtorno de estresse pós-traumático ligado à sua carreira em algum ponto de suas vidas. Cerca de 20% vão lidar, em algum momento, com depressão ligada a fatores de estresse da função jornalística. Quem tem amigos jornalistas está acostumado a escutar sobre os turnos de doze ou catorze horas e as condições de trabalho insalubres.

Assim, é possível sugerir que parte do que lemos nos jornais é escrito por pessoas enfrentando quadros de ansiedade e estresse. Seria ingênuo, então, pensar que isso não afeta a maneira como escrevem e editam as matérias. É difícil, até mesmo injusto, esperar que abordagens transformadoras sejam adotadas por quem luta para chegar ao fim do mês sem perder o emprego em uma época na qual demissões em massa têm

devastado as redações. Lida-se com questões estruturais que pedem outras formações para os jornalistas e outras estruturas de mídia, operacionais e financeiras.

O jornalismo compassivo (KYLE, 2008; ARANA, 2015), embora não tenha conceito acadêmico oficial, seria a abordagem jornalística aplicável a qualquer tema, em qualquer formato, que busque favorecer o cultivo do florescimento humano, tanto individual quanto coletivamente (BLANK-LIBRA, 2012).

Há exemplos de jornalistas que põe/puseram em prática esse tipo de jornalismo, como os jornalistas Eliane Brum,⁵ João do Rio,⁶ Marcelo Canellas⁷ e Isabel Clemente.⁸ Não há um período que possa ser delimitado para agrupar um determinado número de praticantes do modelo, ou sequer uma "escola fundadora" que os aglomere sob esse guarda-chuva. Ainda, não é que eles próprios se identifiquem como narradores nesse modelo, mas os exemplos servem como forma de deixar menos nebuloso um conceito que está em construção.

Com exceção, talvez, de João do Rio, todos esses jornalistas, hoje consagrados, contam ou contavam com tempo para a construção de suas matérias, além de uma estrutura proporcionada para os veículos onde desempenham, ou desempenharam, suas funções. São jornalistas que desenvolveram verdadeiras reportagens de fôlego, e essas duas variáveis tiveram impacto decisivo no produto final. Conforme a teoria organizacional, o trabalho jornalístico é influenciado pelos meios de que a organização dispõe, logo, não é possível que se exija um padrão entre todos os veículos de comunicação, mas é possível sugerir exemplos do que deveria ser feito, partindo da hipótese de que não se está. Para Traquina, o fator econômico é determinante na resposta dada à pergunta "porque as notícias são como são" (2004, p. 158).

O jornalismo é também um negócio. Todas as empresas jornalísticas, com exceção das empresas públicas, enfrentam mais tarde ou mais cedo a tirania do balanço econômico final, ou seja, a comparação entre os custos e as receitas. As receitas provêm essencialmente das vendas e da publicidade. O espaço ocupado pela publicidade intervém diretamente na produção do produto jornalístico (TRAQUINA, 2004, p. 158).

⁵ BRUM, Eliane. A vida que ninguém vê. Editora Arquipélago, 2006.

⁶ ANTELO, Raúl (org.). João do Rio: a alma encantadora da rua. Editora Companhia de Bolso, 2008.

⁷ Jornalista vencedor de mais de 40 prêmios por reportagens como a série Fome, apresentada na TV Globo em 2001, e Terra do Meio, Brasil Invisível, apresentada na mesma emissora em 2007.

⁸ CLEMENTE, Isabel; SZABO, Ilona. Drogas: as histórias que não te contaram. Editora Zahar, 2017.

No entanto, a proposta do jornalismo compassivo é a de um modelo que seja aplicado a qualquer tema ou formato, independentemente do tempo e da estrutura disponíveis ao jornalista. Para que isso possa parecer possível, lembramos os apontamentos sobre a prática jornalística feitos pelos pesquisadores Nora (1974) e Champagne (1998) há mais de quarenta anos.

Já na década de 1970, Pierre Nora falava sobre a contribuição do jornalista na escrita da história. Não que ele colocasse o historiador e o jornalista no mesmo patamar, mas reconhecia no último esse atributo, pois era somente graças aos *mass media* que era possível transformar em “atos aquilo que poderia ser apenas palavras no ar. Dão ao discurso, à declaração, à conferência de imprensa, a solene eficácia do gesto irreversível” (NORA, 1974, p. 247).

Porque do jornal local ao cotidiano nacional, do órgão de grande tiragem ao semanário de opinião, só o que é impresso dispõe de uma gama de virtualidades sem rival, um leque excepcionalmente rico de manipulação da realidade (...) Qualquer Watergate, na sua fase de divulgação, depende da imprensa antes de se pôr em movimento, na fase judicial, a televisão (NORA, 1974, p. 247).

Desde aquela época já era reconhecido que, por natureza, o acontecimento pertencia a uma categoria bem catalogada da razão histórica: acontecimento político ou social, literário ou científico, local ou nacional – o seu lugar estava inscrito nas rubricas dos jornais. No entanto, diferente do interesse histórico nos acontecimentos, o interesse jornalístico é baseado, entre outros motivos, na novidade da mensagem. E, também diferente da história, conforme Nora (1974), permite “participação” do cidadão comum: é uma mistura de distância e intimidade que seria a forma mais moderna, e geralmente a única que teria disponível, de viver a história contemporânea. No entanto, em qualquer sentido, “o acontecimento é projetado, atirado para a vida privada e oferecido em espetáculo” (NORA, 1974, p. 248).

Está alinhado a esse entendimento o de Champagne. Para ele (1998), o que chamamos de acontecimento não é senão o resultado da mobilização – que pode ser espontânea ou provocada – dos meios de comunicação em torno de alguma coisa com que eles concordam, por certo tempo, a considerar como tal.

Mesmo se a observação atenta da vida comum (...), com seus problemas cotidianos, for mais esclarecedora, a maioria dos jornalistas tendem a se concentrar na violência, a mais espetacular, e, por isso, excepcional. A

mídia fabrica, assim, para o grande público, que não está diretamente ligado a uma apresentação e uma representação dos problemas que enfatizam o extraordinário. Isso tende a reter somente as ações violentas, os confrontos com a polícia, os atos de vandalismo, um supermercado em chamas ou carros queimando, e a dar de modo misturado, como causas dessas desordens, as explicações colhidas pela imprensa, os abusos policiais, a desocupação dos jovens, a delinquência, as más condições de vida nesses subúrbios, as condições de moradia, quadro de vida sinistro, a falta de infraestrutura para esportes e lazer, a supermercados de populações estrangeiras, etc. (CHAMPAGNE, 1998, p. 69).

Os dois pesquisadores concordam que o público em geral é o menos apto a controlar sua própria representação. E isso é especialmente preocupante quando os jornalistas tendem, sem o saber, “a recolher seu próprio discurso (...) e encontram, sempre à toa nos conjuntos à espera dos meios de comunicação, pessoas prontas a dizer, ‘para passar na televisão’, o que eles têm vontade de ouvir” (CHAMPAGNE, 1998, p. 69). A situação se agrava quando, há pelo menos quarenta anos,

A pequena notícia ocupa um lugar simetricamente inverso: apagada na dispersão, sem categoria, votada a não ser classificada ou importante, remete, em contrapartida, de um conteúdo de estranheza para um contexto de convenções sociais, pela lógica de uma causalidade, seja distorcida, seja invertida. É esta relação teórica que se atenua. Não que deixe de existir uma diferença entre a pequena notícia e o acontecimento, no sentido moderno da palavra, o imaginário de massas deseja poder introduzir algo da pequena notícia, o seu drama, a sua magia, o seu mistério, a sua estranheza, a sua poesia, o seu tragicômico, o seu poder de compensação e de identificação, o sentimento de fatalismo que o habita, o seu luxo e gratuidade (NORA, 1974, p. 250).

Assim, a mídia é o espaço onde o cidadão comum pode ter voz, e o jornalista tem a chance preencher espaços de apagamento na história que não serão preenchidos pelo historiador devido a diferença na natureza das duas ciências. No entanto, devido às questões levantadas pelos dois pesquisadores, não é incomum que o objetivo do “historiador da contemporaneidade”, ou “historiador do presente”, seja diferente daquele de um pesquisador. Champagne (1998) disse que a pesquisa do tipo jornalístico, e isso vale tanto para o grande jornalista para o modesto repórter da imprensa provinciana, “está geralmente mais próxima da investigação policial que daquilo que chama ‘pesquisa’ nas ciências sociais” (CHAMPAGNE, 1998, p. 69). Diferente do trabalho do historiador, a mídia é parte integrante da experiência simbólica da realidade, ou, se preferirmos, produz efeitos de realidade que se somam na construção da realidade, que por sua vez contribuem para leitura da realidade que ela pretende ofertar. Ainda de acordo com o

autor, a concorrência impele para o sensacionalismo, para a omissão, pois os clientes pedem e exigem

Embora a maioria dos jornalistas rejeitem e condenem as práticas mais duvidosas da profissão e reconheçam a existência inevitável de vieses, mesmo em um tratamento da informação que se pretende honesto, eles pensam que, apesar de todas as dificuldades e de todas essas deformações, nada é pior que o silêncio. Mesmo se, dizem eles, a mídia não abordou como teria sido necessário o problema dos subúrbios, mesmo se eles admitem ter privilegiado certos aspectos marginais ou menores porque sensacionalistas, em detrimento da realidade ordinária e cotidiana, resta que eles julgam ter sido úteis pelo simples fato de terem, pelo menos, contribuído para tornar públicos esses problemas (CHAMPAGNE, 1998, p. 73).

Casos que sirvam como exemplo para a compreensão do que falam esses dois pesquisadores são veiculados recorrentemente pela imprensa. São exemplos, no nosso entendimento, que também servem para refletir sobre a necessidade de repensar o modelo de narrativa posto em prática por veículos de comunicação.

Na prática profissional, devido à corrida contra o tempo e à quantidade de coisas a fazer, é comum que o jornalista se limite ao que fontes oficiais declaram, como entes governamentais, Polícia e Justiça. No entanto, nem todas as informações podem ser obtidas a partir de um número limitado de fontes, como nos lembraram Nora e Champagne, e mesmo uma apuração em profundidade será falha e pode deixar escapar algo de importante e que faz diferença na compreensão da história.

É comum que se a polícia divulga um nome, ou confirme alguém alvo de investigação, e ele seja divulgado pela imprensa. Assim, a pessoa suspeita, ainda que posteriormente deixe de ser suspeita, acaba sendo associada ao caso, afinal, os espaços para os dois acontecimentos dentro do dispositivo midiático não são equilibrados.

Nomes de suspeitos de investigação são divulgados todos os dias tendo por base um número limitado de fontes. Nem todas são ouvidas, logo é natural que haja uma distorção no retrato da realidade que é projetado em um dispositivo midiático. Será que todos sabem que um suspeito tem pela frente um processo longo até que seja considerado, ou não, culpado? É incumbência da Polícia Civil fazer o indiciamento e remeter inquérito, responsabilizando ou não o suspeito, à Justiça. Uma denúncia deve ser ofertada ao Ministério Público, que pode ou não concordar com os apontamentos feitos pela Polícia Civil. Depois, é necessário que o processo passe por três instâncias junto ao judiciário para que então saia o resultado definitivo. Isso pode levar, e geralmente leva,

anos. Será que os meios jornalísticos, frente às limitações já descritas aqui, irão acompanhar todo o caso até o final? Pensamos que esse seria o correto a ser feito, porém, como já descrito, os interesses são diferentes de pensar em um espectro mais amplo os acontecimentos e sujeitos sociais.

O jornalismo compassivo, reiteramos, embora não tenha conceito acadêmico oficial, seria a abordagem jornalística aplicável a qualquer tema, em qualquer formato, que busque favorecer o cultivo do florescimento humano, tanto individual quanto coletivamente. Ele privilegiaria as relações sociais, razão pela qual se aproximaria conceitualmente a pressupostos do internacionalismo simbólico e suas três premissas, que por sua vez servem de base para a construção da Escola de Chicago, que tem como um dos expoentes Robert Park – pesquisador que pensa no papel da notícia na construção do conhecimento. São pontos que requerem maior cotejamento e exploração empírica. De todo modo, a ideia é que, independentemente da área ou temática, o jornalismo tenha condições de agir de forma a acrescentar para o debate público, prisma para pensar o *compassivo* na configuração do narrar.

Referências

ARANA, Gabriel. A mental-health epidemic in the newsroom. **Huffingtonpost**, 2015. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/2015/05/18/mental-health-journalism-trauma_n_7305460.html>. Acesso em: 13 set. 2017.

BLANK-LIBRA, Janet. Compassion is not journalism's downfall, it's journalism's salvation. **Poynter**, 2012. Disponível em: <<http://www.poynter.org/news/compassion-not-journalisms-downfall-its-journalisms-salvation>>. Acesso em: 13 set. 2017.

CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: **A miséria do mundo**. 2 ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.

DÍAZ-NOSTY, Bernardo. **La prensa en el nuevo ecosistema informativo**. Barcelona y Madrid: Ariel y Fundación Telefónica, 2013. Disponível em: <http://www.fundaciontelefonica.com/artes_cultura/publicaciones-listado/pagina-item-publicaciones/?itempubli=238> Acesso em: 13 set. 2017.

DARTCENTER. Tragedies & Journalists: a guide for more effective coverage. **Dartcenter for journalism & trauma**, 2003. Disponível em: <<http://dartcenter.org>>. Acesso em 13 set. 2017.

FISHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 151-162, jan./jun. 2002.

FISHER, Rosa Maria Bueno. O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise. **Revista Educação e Realidade**: Cultura, Mídia e Educação, São Paulo, vol. 22, n. 2, p. 59-79, jul./dez., 1997.

FRANÇA, Vera; SIMÕES, Paula. Escola de Chicago. In: CITELLI, Adilson; BERGER, Christa; BACCEGA, Maria Aparecida; LOPES, Maria Immacolata V.; FRANÇA, Vera (orgs.). **Dicionário de Comunicação**. São Paulo: Contexto, p. 138-146, 2014.

JUNTUNEN, Laura. Explaining the need for speed. Speed and competition as challenges to journalism ethics. In: Cushion, Stephen; Lewis, Justin (Orgs.). **The rise of 24-hour news television: Global perspectives**. New York: Peter Lang, p. 167-182, 2010.

KYLE, Harland. Practicing compassion in an unbiased journalism. **Center for journalism ethics**, 2008. Disponível em: <<http://ethics.journalism.wisc.edu/2008/06/16/practicing-compassion-in-an-unbiased-journalism>>. Acesso em 13 set. 2017.

MEAD, George. **Mind, Self and Society**. Editora Heptagon, 2013.

MORIN, Edgar. **La via para el futuro de la humanidad**. Barcelona, Paidós, 2011. Disponível em: <<http://edgarmorinmultiversidad.org/index.php/descarga-la-via-para-el-futuro-de-la-humanidad.html>>. Acesso em: 13 set. 2017.

NORA, Pierre. O regresso do acontecimento (ou O retorno do fato). In: LE GOFF, Jacques. **Fazer história**. São Paulo: Bertrand, 1974.

PARK, Robert E. **As notícias como forma de conhecimento**. Editora Meridional LTDA.: Porto Alegre, 2009.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias**. Linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis, SC: Insular, 2005.

PONTES, Felipe. Park, Robert Ezra. In. MARCONDES FILHO, Ciro. **Dicionário da Comunicação**. 2 ed. São Paulo: Paulus, p. 371-372, 2014.

PERETTI, Jonah. Awesome viral media presentation explained. **New York Viral Media Meetup**, 2010. Disponível em <<http://businessinsider.com/jonah-perettis-awesome-viral-media-presentation-explained-2010-8#bored-white-collar-workers-rule-the-world-3>>. Acesso em 13 set. 2017.

ROSIQUE-CEDILLO, Gloria; BARRANQUERO-CARRETERO, Alejandro. Periodismo lento (slow journalism) en la era de la inmediatez. Experiencias en iberoamérica. **El profesional de la información**, v. 24, n. 4, p. 451-462. 2015.

RÜDIGER, Francisco. Escola de Chicago. In: MARCONDES FILHO, Ciro. **Dicionário da Comunicação**. 2 ed. São Paulo, Paulus, 2014, p.167-168.

REVERS, Matthias. The twitterization of news making: Transparency and journalistic professionalism. **Journal of communication**, v. 64, n. 5, p. 806-826, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1111/jcom.12111>>. Acesso em 13 set. 2017.

SHAER, Matthew. What emotions goes viral fastest. **Smithsonian**, 2014. Disponível em <<http://smithsonianmag.com/science-nature/what-emotion-goes-viral-fastest-180950182/?no-ist>>. Acesso em 13 set. 2017.

SMITH, River; NEWMAN, Elana; DREVO, Susan. Covering trauma: impact on journalists. **Dartcenter**, 2015. Disponível em: <<http://dartcenter.org/content/covering-trauma-impact-on-journalists>>. Acesso em 13 set. 2017.

TRAQUINA, Nelson. As teorias do jornalismo. In: **Teorias do Jornalismo** – Porque as notícias são como são. Vol. I. Florianópolis: Insular, 2004, p. 145-211.

TIEGREEN, Sara; NEWMAN, Elana. The effect of news “frames”. **Dartcenter**, 2008. Disponível em <<http://dartcenter.org/content/effect-news-frames>>. Acesso em 13 set. 2017.

Recebido em: 10/10/2017

Publicado em: 01/12/2017